

**Pensando em raça na BNCC: uma análise marxista da colonialidade do saber no currículo de química no ensino médio**

Thinking about race in BNCC: a marxist analysis of the coloniality of knowledge in the chemistry curriculum in high school

Pensando en raza en la BNCC: un análisis marxista de la colonialidad del saber en el currículo de química en la enseñanza secundaria

Alan Cerqueira<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0002-4303-0328>

Rafael Moreira Siqueira<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0002-9032-5831>

<sup>1</sup> UFBA – Salvador, Bahia, Brasil; [alanpcs@ufba.br](mailto:alanpcs@ufba.br)

<sup>2</sup> UFBA – Salvador, Bahia, Brasil; [rafael.siqueira@ufba.br](mailto:rafael.siqueira@ufba.br)

**RESUMO:** Este trabalho pretendeu fazer uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de Ciências, especificamente, o Ensino de Química, em amparos teóricos decoloniais, anticoloniais e marxistas para compreender de que maneira a categoria da raça é pautada no texto deste referido documento curricular. O materialismo histórico-dialético (MHD) foi utilizado como método de pesquisa, e como teoria fundamental na composição do trabalho em seu percurso. O trabalho foi realizado como uma pesquisa documental, tendo os trechos referentes aos direitos humanos e raça dentro da BNCC como corpus de análise textual, analisados à luz do diálogo com categorias como raça, classe e os aspectos históricos e sociais do documento. Assim, o empreendimento aqui elaborado obteve como principais produções: a realização de um levantamento bibliográfico do que se entende do momento histórico da produção da BNCC; a compreensão do documento curricular como uma política que permite a manutenção de uma disposição em que as condenadas e condenados da terra e da classe trabalhadora permaneçam em seus lugares de oprimidos; e a realização de críticas às impossibilidades de se pensar em um currículo para o Ensino de Química, dentro da BNCC, que realmente conduza os indivíduos da classe trabalhadora a uma verdadeira emancipação e superação de suas condições de oprimidas e oprimidos.

**Palavras-chave:** anticolonialismo; BNCC; ensino de química.

**ABSTRACT:** This work aimed to conduct an analysis of the Brazilian National Core Curriculum (BNCC) for the Teaching of Sciences, specifically Chemistry, drawing on decolonial, anticolonial, and marxist theoretical frameworks to understand how the category of race is addressed in the text of this curriculum document. Historical-dialectical materialism (HDM) was employed as the research method and served as the foundational theory throughout the course of the work. The study was carried out as a documentary research, with excerpts related to human rights and race within the BNCC serving as the corpus for textual analysis, examined in the context of a dialogue with categories such as race, class, and the historical and social aspects of the document. Thus, the undertaken endeavor resulted in key outcomes: a bibliographic survey of the historical moment of BNCC production; an understanding of the curricular document as a policy that perpetuates a disposition where the condemned of the earth and the working class remain in their oppressed positions; and critiques of the impossibilities of envisioning a Chemistry curriculum within the BNCC that truly leads individuals from the working class to genuine emancipation and the overcoming of their oppressed conditions.

**Keywords:** anticolonialism; BNCC ; chemistry education.

**RESUMEN:** Este trabajo tuvo como objetivo realizar un análisis de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) para la enseñanza de las Ciencias, específicamente la enseñanza de Química, apoyándose en marcos teóricos decoloniales, anticoloniales y marxistas para comprender de qué manera la categoría de raza se aborda en el texto de este documento curricular mencionado. El materialismo histórico-dialéctico (MHD) se utilizó como método de investigación y como teoría fundamental en la composición del trabajo a lo largo de su desarrollo. El trabajo se llevó a cabo como una investigación documental, utilizando los fragmentos relacionados con los derechos humanos y la raza dentro de la BNCC como corpus de análisis textual, analizados a la luz del diálogo con categorías como raza, clase y los aspectos históricos y sociales del documento. Así, el proyecto aquí elaborado tuvo como principales resultados: la realización de un levantamiento bibliográfico de lo que se comprende del momento histórico de la producción de la BNCC; la comprensión del documento curricular como una política que permite mantener una disposición en la que los condenados de la tierra y la clase trabajadora permanecen en sus lugares de oprimidos; y la realización de críticas a las imposibilidades de pensar en un currículo para la enseñanza de Química, dentro de la BNCC, que realmente guíe a los individuos de la clase trabajadora hacia una verdadera emancipación y superación de sus condiciones de oprimidos.

**Palabras clave:** anticolonialismo; BNCC; enseñanza de química.

## Primeiras Aproximações

Um bom ponto de partida para essa discussão seria compreender o currículo como um espaço de disputas político-ideológicas e que, comumente, se mostra como um reflexo de influências hegemônicas em uma dada sociedade (MOREIRA, 2010). Assim, apoiando-se nessa concepção, é possível afirmar que a BNCC, devido aos seus propósitos e contexto de elaboração e promulgação, se trata de um projeto pedagógico que atende aos interesses de uma determinada classe social, a classe dominante, que visa manter o atual estado de coisas, pois como afirma o filósofo e intelectual marxista Ivo Tonet (2016, p. 68) “em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação”. Além disso, o estado de coisas ao qual nos referimos, é aquele em que a classe trabalhadora permanece oprimida e alienada de sua realidade, enquanto a classe dominante desfruta do domínio dos meios de produção e realiza a exploração do proletariado. Tal exploração da classe trabalhadora, por sua vez, tem como produto a mais-valia, o lucro que gera riqueza e poder para sustentar os mais diversos desejos dos opressores (MARX, 2017).

Ademais, é certo de que durante os mandatos presidenciais nos últimos 30 anos a publicação de documentos oficiais curriculares, que no Brasil apresentam uma efemeridade em vista da facilidade em que variam conforme o grupo político na representação do Estado, têm revelado um “[...] caráter neoliberal dessa iniciativa, vinculando-a tanto à ideia de construção

de um currículo comum nacional a ser avaliado de forma centralizada quanto à submissão a orientações internacionais” (LOPES, 2015, p. 451), mesmo em governos que se apresentam mais alinhados à esquerda no espectro da política brasileira. É neste cenário temporal em que tomamos esta observação, cenário este que contém uma série de documentos curriculares, a saber da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9.396/96 (LDB), Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) e Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN), que demonstram ter alinhamentos neoliberais e que a BNCC, não diferentemente, em sua formulação e promulgação também demonstram ter.

A essa bem estabelecida conjuntura, Michael Apple, um importante intelectual estadunidense e especialista nos estudos curriculares, acrescenta que o Brasil “não está imune ao poder de formas político-ideológicas neoliberais, mesmo sob um governo que pode falar contra essas presunções e políticas” (APPLE, 2016, p. 608), posto que o nosso país está terminantemente inserido nas lógicas neoliberais e neoconservadoras que afetam diversos complexos da vida em sociedade, a saber da educação. Essa é uma disposição geral que se faz presente em países do “norte” global, isto é, dos países economicamente desenvolvidos.

Por que o Brasil, um país da América Latina e do “sul” global, em outras palavras, um país em desenvolvimento, acataria essas tendências que se fazem reais no contexto europeu ou estadunidense? Como o nosso país, que possui uma extensão territorial continental e com uma diversidade de biomas e povos, se coloca nessa posição diante deste jogo geopolítico que cerca o mundo? Por que são justamente essas nações do norte que concentram a maioria da riqueza produzida em todo o mundo? E, afinal de contas, como isso está de alguma forma relacionado com o ensino de Química, pensando no texto da BNCC?

Uma boa e fundamentada resposta a estas perguntas demanda tempo de estudo e leitura adequados, mas já antecipamos que, historicamente, a partir do período colonial, os países deste chamado norte global foram responsáveis por ditar as regras e modas em todo o mundo por meio da lógica do colonialismo, sistema de dominação de um determinado povo ou nação a outra(s) em que se desenham relações políticas, econômicas, sociais, raciais e epistemológicas de subalternidade dos povos colonizados (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2010; SANTOS, 2010). É neste propósito que destacamos a essencialidade de se estudar o que os autores do campo de estudos decoloniais e anticoloniais têm a nos dizer. É fazer nascer, a partir dessas questões lançadas, um olhar crítico para essa submissão geopolítica.

A partir do momento em que fazemos uma tomada de consciência de que nos encontramos inseridos em um sistema capitalista, em um país de capitalismo dependente e pertencente ao sul global, considerado a periferia deste sistema socioeconômico, nos tornamos

capazes de traçar uma relação entre a formação do nosso país e seus processos históricos de colonização europeia com essa característica de subordinação aos países do centro do capitalismo que apresentamos. Colocando em prática os conceitos que autores e autoras anticoloniais/decoloniais apresentam, teríamos nesse caso uma configuração de heranças colonialistas que não foram rompidas mesmo com o fim destes sistemas de dominação dentro das perspectivas da legislação burguesa (MIGNOLO, 2017; MAGALHÃES, 2023).

Tomamos emprestado esta ideia de manutenção destes aspectos herdados de uma história colonial, que os autores e autoras da teoria decolonial chamariam de “colonialidade”, com o intuito de fazer um trabalho de crítica a esta disposição social em que vivemos e seus efeitos na educação em Química, para sonhar com uma possibilidade de mudança<sup>1</sup>. Mas atenção! Não pretendemos fazer qualquer crítica. Nos propomos a fazer uma crítica honesta e respeitosa<sup>2</sup>, alinhando os fundamentos do materialismo histórico-dialético a uma perspectiva decolonial e, se necessário, expor as nossas observações tanto a um quanto a outro.

Na pretensão de fazer uso de conhecimentos produzidos no campo dos estudos decoloniais para a educação, uma observação inicial a ser feita é que a teoria decolonial visa a superação da colonialidade por meio de um olhar crítico sobre a historicidade dos fatos, do resgate das epistemologias dos povos originários e subalternizados e da formação de um corpo intelectual cada vez mais potente com bases principais na América Latina, o que Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) chamaram de *giro decolonial*.

E aqui já colocamos que a esta suposta mudança de paradigmas epistemológicos, alguns marxistas se deram o trabalho de produzir uma crítica deveras construtiva. Por exemplo, Pedro Magalhães (2023), em sua dissertação de mestrado, nos diz que a teoria decolonial falha ao ignorar aspectos históricos e econômicos extremamente relevantes para compreensão de certos fenômenos sociais, e do equívoco que é cometido ao pensar que uma mudança da realidade material pode vir a acontecer por meio de transformações discursivas, por meio do “palavrório”.

Cabe também dizer que como corrente filosófica que se propõe a compreender a natureza e o movimento real dos objetos que se estudam, é uma lástima pensar que uma série de autores que fazem parte do corpo intelectual do marxismo se prestem a reproduzir algumas

---

<sup>1</sup> Nos últimos tempos, pudemos acompanhar uma série de notícias acerca da suspensão da implementação do novo ensino médio (NEM), reforma curricular que anda lado a lado das ordenações que traz a BNCC, sendo que a principal diferença está em como esta última só tem poder frente aos conhecimentos que devem ser ensinados nas disciplinas comuns a todo o ensino básico do Brasil, sendo a química uma dessas disciplinas.

<sup>2</sup> “Lembrar sempre que crítica não é falar mal, nem fazer intriga. Criticismo é e deve ser o ato de expressar uma opinião aberta e franca frente a quem interessa, usando de fatos e de um espírito de justiça para avaliar o pensamento e ação dos outros com o objetivo de melhorar os referidos pensamento e ação. A crítica deve ser construtiva e mostrar prova de interesse sincero no trabalho do outro para melhorar tal trabalho.” (CABRAL, 1979, p. 246 apud MAGALHÃES, 2023, p. 161)

opressões identitárias e ainda as minimizem, por pensar que a questão da luta de classes é superior e apartada de questões raciais, de gênero, de orientação sexual e outras. Concordamos com Magalhães (2023), ao expressar como que nós somos sínteses de vivências múltiplas e não seres compartimentados por lutas e pautas.

Além disso, pensando no Brasil, uma nação que conta com uma população autodeclarada negra (pretos e pardos) em quantidade expressiva, uma vez que a população negra em nosso país é de 56,2% da população total brasileira<sup>3</sup>, é imprescindível que haja movimentos no sentido de construir uma visão das ciências da natureza, em especial a Química, como um empreendimento humano que pode e deve ser apropriado por todos. Esta apropriação deve ser direcionada, principalmente, a quem pertence à classe trabalhadora, que, no nosso caso, se trata de uma classe trabalhadora racializada.

Dessa forma, notamos que, no Brasil, temos uma classe trabalhadora majoritariamente negra e que a esta classe, as oportunidades ofertadas nos diversos campos que compõem a vida em sociedade são extremamente precarizadas, em virtude do racismo e do capitalismo, é imperativo que se permita a construção de subjetividades potentes e emancipadas da sociabilidade capitalista a quem vive como estudante, pertencente ao proletariado e faz parte de grupos minoritários.

Neste sentido, cabe ressaltar a relevância de um trabalho que se empenhe em analisar a colonialidade do saber, em uma leitura marxista, presente na BNCC para o ensino de ciências da natureza no ensino médio, com ênfase na Química. A exemplo disso, argumentamos que o conceito de colonialidade proposto por Aníbal Quijano aparece para tratar das dominações coloniais no campo do saber, da forma de produzir conhecimento e da própria educação (SILVA, F. P.; BALTAR; LOURENÇO, 2018) e esta iniciativa de avaliação crítica é de considerável significância quando pensamos que o documento curricular se trata de um projeto político-pedagógico que com implicações em todos os setores envolvidos com a educação básica, indo das experiências escolares dos estudantes aos currículos de formação inicial e continuada de professores e professoras nas instituições de ensino superior.

Outrossim, ao se pensar no campo do saber e do ensino que as ciências da natureza fazem parte, depreendemos que este, apesar de avanços consideráveis nos últimos anos, ainda se trata de um campo dominado por uma visão positivista, neutra e acrítica, que acaba sendo reverberada nas salas de aula de Química, Física e Biologia (PINHEIRO, 2019). É nesta perspectiva que este trabalho se faz de uma importância ímpar ao realizar uma análise crítica,

---

<sup>3</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do primeiro trimestre de 2023, IBGE - Brasil.

na denúncia ao documento e sua relação com as dimensões do colonialismo, mas também de maneira que esta análise reverbere em estudantes, professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores para a potencializar as possibilidades de um ensino de ciências para além das amarras opressoras da BNCC, em perspectiva anticolonial.

Por fim, quando pensamos que estamos inseridos em um contexto de desenvolvimento de currículos e projetos pedagógicos orientados por políticas cada vez mais centradas em ideais neoliberais e que tomamos conhecimento das relações político-ideológicas e históricas que se estabelecem entre o Sul e Norte globais, uma questão emerge: a partir de uma perspectiva marxista, como a colonialidade do saber se faz presente na BNCC para o ensino de ciências da natureza no ensino de médio? Esta é a pergunta que orienta este trabalho e, portanto, é a ela que tentaremos responder tendo em vista as influências teóricas nas quais nos embasamos por parte dos campos decolonial, anticolonial e marxista.

## Metodologia

Este trabalho de pesquisa teve como base metodológica o materialismo histórico-dialético (MHD). Enquanto um método de pesquisa, esta teoria se propõe a extrair do objeto as informações essenciais para entendê-lo no contexto em que se estuda e, a partir disso, tecer uma série de abstrações a fim de compreender e explicar a existência do objeto tal qual ele se mostra na realidade material (MARTINS; LAVOURA, 2018; NETTO, 2011).

Além disso, cabe salientar que na concepção de pesquisa no MHD há uma compreensão de que o sujeito pesquisador tem o papel fundamental de extrair do objeto suas múltiplas determinações em um processo constante de sucessivas aproximações, pois estes elementos não se encontram apartados, e sim “estão articuladas dentro da totalidade do objeto, num verdadeiro sistema de mediações [...] [, pois] conhecer o objeto é alcançar suas múltiplas determinações” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 229, adição nossa). Mas também, é necessário compreender que a produção resultante por meio desta metodologia de pesquisa está “demarcada pela subjetividade criativa, pela preocupação política, pela sensibilidade e pelo estilo pessoais” (MECHEIN; VIGANO; LAFFIN, 2018, p. 102) do indivíduo pesquisador, uma vez que este ou esta se trata também de um indivíduo atravessado pelas experiências e contradições de um determinado contexto histórico e social.

Nessa ótica, em termos procedimentais, o trabalho consistiu em uma análise documental da BNCC na busca de excertos que apresentam discursos que estejam associados à manutenção

da colonialidade do saber, em uma compreensão marxista e anticolonial deste termo, dentro de sua categoria de manifestação de interesse no trabalho, que em neste caso se trata da raça.

O corpus de análise, isto é, o conjunto de textos analisados, foram retirados da parte introdutória da BNCC, da parte referente ao Ensino Médio, das Ciências da Natureza no Ensino Médio e de suas Competências e Habilidades. A escolha destes fragmentos textuais se deu pelo entendimento de que a fonte primária trabalhada é um documento extenso que demandaria um laborioso empreendimento não condizente com o tempo de realização da pesquisa.

Dessa forma, a seleção destes excertos foi sustentada pela hipótese de que haveria neles informações das relações existentes entre as concepções de educação da BNCC e das Ciências da Natureza com a categoria da raça e sua expressão em termos dos saberes em suas perspectivas coloniais. No movimento histórico-dialético de compreender como a raça se apresenta nos trechos da BNCC, fazemos uma chamada a categoria de classe, comum ao escopo dos estudos marxistas, pois julgamos que esta seja uma importante ferramenta no entendimento de como o documento curricular faz cruzar estes conjuntos analíticos e oculta sua lógica colonial e capitalista.

Nesta continuidade, os textos foram criticamente esquadrihados, buscando e relacionando os termos “etnia”, “raça” e “diversidade” com a manifestação da colonialidade do saber em uma perspectiva anticolonial. Conforme a doutrina teórico-metodológica do MHD, a fundamental atividade realizada foi a de movimentar os excertos do documento curricular com as categorias de análise e os referenciais teóricos com a finalidade de termos uma compreensão do objeto em profundidade. Como apontam Martins e Lavoura (2018, p. 226) sobre a relação entre as aparências e essências do objeto:

A aparência fenomênica, imediata e empírica da realidade é importante e não pode ser descartada, visto que ela é o ponto de partida do processo do conhecimento – portanto, necessariamente onde se inicia o conhecimento. Entretanto, deve-se, partindo da aparência, alcançar a essência do objeto de estudo, capturar sua lógica interna de funcionamento que corresponde à estrutura e à dinâmica essencial

Assim, a dinâmica empreendida no trabalho foi para conseguir desvelar no texto da BNCC o que havia em profundidade sobre o objeto de estudo, partindo do texto literal e mergulhando nas suas profundidades históricas e sociais. Visto que há limitações quanto ao que podemos acessar concretamente a partir do documento finalizado, a abstração, em conjunto com os fatos sociais e históricos, passa a apresentar um papel essencial, pois a partir dela é que construímos interpretações do movimento real do objeto estudado.

No fim, retornamos à ideia central da colonialidade do saber que atravessa a BNCC, compreendendo a complexidade e os movimentos sociais, históricos e políticos deste fenômeno, cuja perenidade está diretamente associada à manutenção de um obscurantismo da colonialidade e sua relevância para a sociabilidade capitalista vigente.

## Resultados e Discussões

Na BNCC, a área de Ciências da Natureza para o ensino médio é introduzida com a noção de conhecimentos e tecnologias que contribuem para a manutenção e avanços da vida moderna e é dito que aprender sobre as Ciências da Natureza têm um valor prático e cotidiano muito grande, contribuindo para, por exemplo, “estimar o consumo de energia de aparelhos elétricos a partir de suas especificações técnicas, ler e interpretar rótulos de alimentos” (BRASIL, 2018, p. 547). Reiteramos que de forma alguma negamos a relação entre a ciência e a tecnologia e a existência de uma necessidade de que a/o estudante seja capaz de realizar tais operações interpretativas da realidade e do cotidiano a partir de conhecimentos científicos. Contudo, fazemos uma denúncia de que a BNCC permanece nesta visão utilitarista, cotidiana e ligeira dos conhecimentos científicos; apresenta objetivos de ensino associados a uma lógica neoliberal, que já foi apontada como um importante fator de manutenção da colonialidade do saber; e flerta com ideais multiculturais para ter uma imagem de comprometimento com questões relacionadas às minorias sociais ao longo de irrisórias e insuficientes treze páginas dedicadas ao ensino de Ciências da Natureza no ensino médio.

De forma geral, o texto da área de Ciências da Natureza é breve e faz algumas observações para se estudar a ciência de modo a tratar dos seus aspectos filosóficos, históricos e sociais. Contudo, o que se percebe no documento é uma visão tradicionalista da história da ciência, demarcada por episódios históricos isolados e figuras centrais que recebem os créditos das contribuições produzidas ao longo de todo um período, como afirmam GUARNIERI et al. (2021).

Acerca da sumarização do currículo para as Ciências da Natureza do ensino médio em três competências e suas respectivas habilidades, Siqueira (2022, p. 256) diz que “não se permite considerar com um documento que pretende servir como base para os conhecimentos mínimos necessários para a formação em educação básica para os indivíduos”. A BNCC não traz orientações adequadas para pensarmos, por exemplo, nos conteúdos de Química mais indicados para serem trabalhados em cada série.

Neste sentido, analisamos o seguinte texto da competência 1 da área de Ciências da Natureza:

*Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global (BRASIL, 2018, p. 553).*

O discurso apresentado neste trecho do documento se mostra voltado para o desenvolvimento de conhecimentos necessários para realizar interpretações de “situações-problema” e promover intervenções condizentes com a questão proposta. Em outras palavras, toda a competência está construída no sentido de fazer o estudante ser alinhado com a pedagogia do “aprender a aprender” e do “saber fazer”, que são características intrínsecas de um currículo neoliberal (SIQUEIRA, 2022).

Tornamos a dizer que tais concepções neoliberais de ensino de ciências estão muito bem alinhadas com uma visão carregada de colonialidade do saber, uma vez que: (a) o currículo mostra em seu texto uma evidência de submissão geopolítica do Brasil, um país de capitalismo dependente, a países do norte global (APPLE, 2016); (b) apresenta um discurso neoliberal do ensino de ciências a partir das pedagogias do “aprender a aprender” e do “saber fazer” que em nada contribui para a superação da sociabilidade capitalista vigente; e (c) do fomento a uma visão individualizante da resolução de problemas sociais complexos, como as questões ambientais, raciais e de gênero, que podem resultar em um processo de autoculpabilização do estudante, caso haja qualquer “fracasso” em seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesta continuidade, a BNCC apresenta no texto de suas habilidades, de forma geral, uma linguagem voltada para o desenvolvimento de capacidades de análise de uma realidade cotidiana com base no mínimo de conhecimentos científicos para fazê-lo. As habilidades não ultrapassam o texto das competências nesse sentido. Na verdade, só repetem os mesmos princípios.

A exemplo disso, notamos que habilidade EM13CNT105 apresenta uma característica fundamental do neoliberalismo: a individualização ou particularização de questões de ordem estrutural da sociabilidade capitalista. Notamos a lógica do capitalismo recente que busca localizar a resolução destes problemas sociais de ordem estrutural no indivíduo, em especial, os da classe trabalhadora (SIQUEIRA, 2022). Tornamos a lembrar que as pessoas que compõem a classe trabalhadora são, em sua grande maioria, negras, mulheres e LGBTQIAP+. Portanto, quando dizemos que a solução para os problemas de ordem social são localizadas

nestes indivíduos, falamos de como esta iniciativa traz mais uma carga de responsabilidade (que não é nossa) para aquele que vive em uma luta constante por sua sobrevivência e, por meio da educação, busca uma forma de ascender socialmente para aliviar um pouco as dores provocadas por suas condições materiais.

(EM13CNT305) Investigar e *discutir o uso indevido de conhecimentos* das Ciências da Natureza na justificativa de *processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos*, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade (BRASIL, 2018, p. 559).

Na continuidade desta crítica, percebemos na habilidade EM13CNT305 uma tentativa de fazer presente discussões acerca de aspectos culturais no pensamento científico, sugerindo o debate acerca das relações entre ciências da natureza e questões étnico-raciais. Concordamos com a importância de se trazer os debates acerca das questões da história e filosofia das ciências e os aspectos culturais do conhecimento científico para o currículo do ensino de ciências. É necessário que se faça perceptível que o empreendimento científico é realizado por seres humanos historicamente situados e que toda produção científica e tecnológica é também social e historicamente situada. Contudo, pensando nos fundamentos que embasam a BNCC, é impossível pensar que não existe um propósito até mascarante dos reais objetivos do documento dentro do panorama sócio-histórico e pelos olhares que dirigimos ao objeto de estudo por meio das lentes do anticolonialismo.

É neste momento, por exemplo, que percebemos o uso de pautas extremamente legítimas em prol de um propósito colonizante e alienante. São nestes trechos que verificamos a mão do multiculturalismo como categoria fundamental para a elaboração da BNCC, com o seu propósito desconcertante de tirar o foco da discussão sobre o engendramento que há entre a manutenção do capitalismo neoliberal e as opressões de raça. O objetivo acaba sendo dirigir a atenção de todos para a *valorização e respeito à diversidade* sem dar foco às devidas condições materiais para ser percebida a valorização e respeito àqueles que compõem os grupos que encabeçam a bandeira da diversidade, tais como pessoas negras, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAP+.

Mais uma vez, nos sentimos na obrigação de dizer que não nos encontramos discordantes com a proposição de trazer para o currículo ou a sala de aula essas questões tão fundamentais que atravessam a nossa sociedade. No entanto, a BNCC dá a entender que basta apenas apresentar os temas, buscar uma forma de entrelaçamento do conteúdo discutido em aula com o debate social e promover ações para, por exemplo, resolver problemas tão complexos como a desigualdade racial no Brasil. Esta é uma medida propositalmente violenta.

Há uma intenção de se fazer discussões sociais, mas que ficam apenas no campo da superficialidade, não há um aprofundamento sobre as origens de tais questões e sobre como a ciência se articula para manter ou contribuir para romper com o sistema colonial-capitalista.

Já foi apontado ao longo do trabalho, em diversos momentos, que a intenção aqui é de mostrar a necessidade de uma classe trabalhadora desalienada de sua posição de explorada e se movimentar para a superação do capitalismo, visando uma vida mais humana e menos condicionada ao modo de produção que expropria de nós toda a nossa humanidade. Da forma como a BNCC coloca em seu texto a discussão dessas questões, não se percebe de que maneira a questão da sociabilidade capitalista se articula com a discussão da garantia e manutenção de direitos e serviços básicos àquelas pessoas que vivem na condição de exploradas.

## Considerações Finais

Foi por meio do entendimento do colonialismo como um fenômeno apenas formalmente encerrado (MAGALHÃES, 2023) e tomando o termo colonialidade, oriundo do campo de estudos decoloniais, juntamente ao materialismo histórico-dialético, que conduzimos uma articulação entre as relações sociais e econômicas que estão postas no capitalismo com a manutenção de opressões que tiveram origem no período colonial, mas que não foram encerradas com o seu fim formal, para a educação em ciências e, em especial, o ensino de química.

Assim, produzimos uma revisão bibliográfica sobre o que foi produzido acerca do processo de elaboração da BNCC e das articulações políticas envolvidas na criação desse documento curricular. Percebemos a existência de diversas das versões do documento curricular, o neoliberalismo, a atuação das instituições privadas e das consultorias estadunidenses, o golpe de 2016 e um novo documento em 2017 com inúmeras determinações antidemocráticas. Sob “a máscara da ovelha benquista”, a Reforma do Ensino Médio surge prometendo transformação da educação brasileira e trazendo a BNCC como seu documento suporte, mas o “lobo” que esta reforma miseravelmente esconde é marcado pela mandatória e intensa retomada da classe dominante de suas opressões mais violentas, do sistema-colonial de classe-raça que o compõe e sua influência na educação.

Neste sentido, para o ensino de ciências, notamos que há na BNCC uma tendência neoliberalista ao longo das competências e habilidades específicas da área de Ciências da Natureza. De maneira geral, o que pôde ser observado na seção do documento dedicada às Ciências da Natureza foi: um caráter individualizante de questões estruturais da sociabilidade

capitalista e colonial em que vivemos, numa visão de que o indivíduo é considerado um ser humano fracassado por não ser capaz de superar as suas condições materiais e, por este motivo, merece sofrer todo o tipo de opressão como punição por sua “incapacidade” (SILVA, 2022); uma perspectiva multiculturalista, de relativização dos conhecimentos clássicos, por meio da presença de aspectos culturais populares/tradicionais e subalternizadas na educação formal no mesmo nível e capacidade de explicação da realidade que os conhecimentos científicos; e uma suposta ideia de respeito e valorização da diversidade em suas diretrizes, mas sem reais indicativos da consonância entre essas normativas curriculares e a realidade material dos indivíduos pertencentes a estes grupos oprimidos, mostrando a incoerência do texto, que parece mostrar as questões relativas às minorias sociais para atender demandas da atualidade (SIQUEIRA, 2022).

Dessa forma, concluímos que o ensino de ciências, dentro da BNCC e do Novo Ensino Médio, passa por um infeliz processo de pulverização de sua importância, minimização dos seus conteúdos e redução do tempo de aula. Tais medidas só contribuem para tornar mais evidentes as desigualdades sociais provocadas pela sociabilidade capitalista, que, diga-se de passagem, faz pesar, mais intensamente, a mão da opressão naqueles que fazem parte da classe trabalhadora, que é, majoritariamente, composta pelas minorias sociais dentro desta sociedade colonizada, tais como as pessoas negras, mulheres, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e outros.

Cabe dizer que o presente trabalho também intencionou tecer uma série de considerações ao texto da BNCC no que se refere aos excertos que dialogam com a questão racial para mostrar a relação que tal categoria tem com o marxismo em suas implicações para o ensino de ciências e, conseqüentemente, da química. Acreditamos ter uma contribuição no sentido do desvelamento das concepções relativas à raça, racismo e as perspectivas de colonialidade do saber presentes na BNCC que subsidiam mais fortemente ainda a necessária crítica ao documento e a possibilidade de desenvolvimento de outros documentos e políticas curriculares que possam se fazer em um sentido anticolonial e revolucionário.

Por fim, crendo em uma perspectiva de currículo educacional que contribua para a emancipação humana, que aqui compreendemos como sendo uma política que visa atender aos reais interesses da classe trabalhadora, acreditamos que a pedagogia histórico-crítica nos forneça elementos concretos para pensar em um currículo que de fato permita, ao proletariado, a apropriação de conhecimentos clássicos que o façam compreender o movimento real deste mundo objetivo e, que assim, busque a superação de sua condição de oprimido (SAVIANI, 2015) e colonizado. Neste sentido, as críticas que construímos à BNCC eram suportadas em

uma perspectiva marxista, anticolonial e histórico-crítica, considerando sempre o discurso veiculado no texto do documento e as condições materiais que fazem reproduzir as opressões do sistema capitalista-colonial.

## Referências

APPLE, M. W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 606–644, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 11 mai. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 22 out. 2022.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramon (orgs). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 9-24, 2007.

GUARNIERI, P. V.; LEITE, M. R. V.; CORTELA, B. S. C.; GATTI, S. R. T. História e Filosofia da Ciência na Educação Básica: Reflexões a partir da Base Nacional Comum Curricular. **Alexandria**: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 331-356, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - 1º Trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 21, n. 45, p. 445–466, 2015.

MAGALHÃES, P. **Bases anticoloniais para o ensino histórico-crítico de química**: primeiras incinerações. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. 392 p.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MECHEIN, M. Z.; VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Apontamentos para as pesquisas em educação a partir do materialismo histórico-dialético. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 40, n. 75, p. 90-103, 2018.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MOREIRA, A. F. B. Currículo: concepções, políticas e teorizações. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PINHEIRO, B. C. S. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 19, p. 329–344, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p.73-118.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-72.

SAVIANI, D. Sobre a Natureza e a especificidade da educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015.

SILVA, F. P.; BALTAR, P.; LOURENÇO, B. Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018.

SILVA, M. M. da. Crítica à formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 10-20, 2022.

SIQUEIRA, R. M. **Currículo e Políticas Curriculares em Análise na Perspectiva Histórico-Crítica: Ensino Médio e Química em Análise**. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2022, 297 p.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 3 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2016. Disponível em: [http://caxias.pege.com.br/gestor/fotos/acervo\\_digital/eb9c033225.pdf](http://caxias.pege.com.br/gestor/fotos/acervo_digital/eb9c033225.pdf). Acesso em: 22 de out. 2022.

### **SOBRE O/AS AUTOR/AS**

**Alan Cerqueira**. Licenciado e estudante do Bacharelado em Química da UFBA. Integrante do LabCat - UFBA. Bolsista do CNPQ, Iniciação Científica. Integrante do NEPECC - UFBA. Contribuição de autoria: Co-autor - <https://lattes.cnpq.br/4883765420656031>

**Rafael Moreira Siqueira**. Doutor em Ensino, História e Filosofia das Ciências pela UFBA/UEFS. Docente na Universidade Federal da Bahia do DQGI. Líder do grupo NEPECC - UFBA. Coordenador do PPGEFHC UFBA/UEFS. Contribuição de autoria: Co-autor - <https://lattes.cnpq.br/2434555163012621>

### **Como citar**

Cerqueira, Alan; Siqueira, Rafael Moreira. Pensando em raça na BNCC: uma análise marxista da colonialidade do saber no currículo de química no ensino médio. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 04, n. 11, p. 1-14, jan./dez, 2023.